

Os movimentos sociais em tempos de neoliberalismo no Brasil: uma aproximação teórica

Ana Patrícia Pires Nalesso (UNESPAR/UUEL)

Maria Luiza Amaral Rizzotti(UEL)

Hudson Siqueira Amaro(UEM)

A necessidade desenha o horizonte da luta.
Sua contingência conjura os decretos do destino. Daniel Bensaïd

No tempo presente, o ideário neoliberal se faz hegemônico sobre a condução das relações sociais, econômicas e políticas em todo o mundo. Como ressalta Anderson (2008), seu êxito no campo político e ideológico é inquestionável. A ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos concordando ou não, não possuem opção, a não ser a adaptação, é apregoada em todos os cantos do planeta. “Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes” (ANDERSON, 2008 p.23).

Esta hegemonia levou milhares de pessoas à pobreza extrema e as desigualdades sociais estão cada vez mais intensas. Vivemos um momento de crise, crise econômica, crise de utopias, crise de paradigmas, a vida no planeta está ameaçada, “ademais, ninguém hoje pretenderia negar que devemos nos preocupar com a complexa situação de apuro de uma ordem planetária” (MEZZÁROS, 2008 p18)

A alternativa a crise atual segundo Salama ,(2008), não poderá ser resolvida apenas de uma perspectiva econômica,

[...sua resolução dependerá das relações de força que se materializarem em nível social, de forma segundo a qual entendemos o Estado e, também, da capacidade que tenhamos para lutar por uma sociedade solidária...] SALANA, 2008 p.53)

Frente a isto objetivamos compreender neste estudo como os movimentos sociais vêm se formatando na cena brasileira contemporânea. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica junto às publicações sobre a temática.

10.4025/6cih.pphuem.639

Para focarmos nosso olhar nos movimentos sociais no Brasil, se faz necessário assinalar que vivemos numa democracia, pactuada após vinte anos de ditadura militar. Durante a ditadura militar, como não poderia ser diferente, houve o predomínio de restrições à liberdade civil e política, e os movimentos sociais foram coibidos, restando-lhes o espaço da clandestinidade. Mesmo neste contexto, a resistência não deixou de existir e após 20 anos a transição à democracia é iniciada. A derrubada da ditadura não se deu pela revolução, mas sim pelo desgaste político do governo militar propiciado, também, pela força dos movimentos sociais, armados ou não. As diferentes forças e instituições acordaram a transição e a pressão das forças democráticas foi decisiva para a direção desse pacto.

O esgotamento da ditadura militar começou a ser percebido no final da década de 1970, momento em que as condições de vida da população tornam-se mais precárias e há a publicização por parte da população da insatisfação em relação a estas condições. Tivemos então o ressurgimento dos movimentos sociais de reivindicação. Entre estes movimentos podemos citar o movimento popular por saúde e o movimento contra a carestia em 1982 que conseguiram grande adesão da população.

De forma geral, os movimentos da época não só traziam suas reivindicações materiais emergenciais, mas também pautavam a necessidade da retomada da democracia. Os movimentos políticos como o movimento pela anistia dos presos políticos também ganham força. O movimento sindical passa a ter expressão nacional com o movimento dos trabalhadores do ABC paulista que, em claro movimento de oposição a política econômica da ditadura, deflagrou greves que figuram entre os fatores decisivos para o desgaste do governo militar.

De todas as manifestações e movimentos pautados no período, aqueles que existiam em torno de necessidades pontuais, refluíam quando estas necessidades eram atendidas. Por outro lado, com o fim da opressão militar na década de 1980, diferentes movimentos sociais se fortalecem pela busca da efetivação da cidadania, conseguindo desta forma pautar na agenda do Estado brasileiro a necessidade da construção de espaços democráticos e de reconhecimento dos direitos sociais.

10.4025/6cih.pphuem.639

[...A redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos de direitos inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade...] DAGNINO, 2002, p.10)

Os movimentos sociais na década de 1980 se pautaram pela busca por direitos e pela conquista de espaços de participação formais Telles, (1994), sendo então prioridade no período a consolidação da democracia.

A democracia então passou a ser tratada como um valor universal, necessariamente bom. A este aspecto devemos colocar que tal posicionamento obscureceu o fato de toda democracia se vinculada a um tipo de Estado e por isso apresenta sempre um caráter de classe (Almeida, 1995). Esta dinâmica foi conferindo aos movimentos sociais o distanciamento do político, das lutas e dos embates com poder instituído, uma vez que,

[...de uma maneira ou de outra, então, as concepções dominantes de democracia tendem a: substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e finalmente, despolitizar a política.(WOOD, 2007 p. s/n)

Acreditamos então que após a redemocratização do país temos assistido á gradativa despolitização dos movimentos sociais. A partir da década de 1990 este processo se agravou á medida que fomos impactados efetivamente pelo neoliberalismo tendo sido o ajuste estrutural já iniciado nos países centrais na década de 1970 e

[...expandiu-se por todo o mundo, mantendo-se como perspectiva orientadora da economia, da vida social, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países de todos os continentes. Desde então, convivemos

10.4025/6cih.pphuem.639

com a primazia dos interesses do mercado, de um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, e com políticas globais de desenvolvimento econômico, centradas na voracidade de novos paradigmas de acumulação...] (YAZBEK, 2010).

Neste contexto, os movimentos sociais e os movimentos sindicais sofrem grande impacto em sua organização, a arena de lutas e pactos ficou extremamente minada, pois a mudança no mundo do trabalho, com máxima vantagem para o capital e mínima para o trabalhador, rebateu intensamente na capacidade de luta da classe trabalhadora. A sua direção de suas lutas se voltou para reivindicações pontuais e corporativas deixando a construção de um projeto societário sem desigualdades fora de suas bandeiras,

[...as mudanças no mundo do trabalho vêm conformando sociabilidades, formas de organizações e representações na direção da fragmentação, da despolitização e da multiplicação de demandas de grupos corporativamente posicionados, ou seja, cada vez mais fechados em si mesmos. (DURIGUETTO 2007 p.174),

Assim com as mudanças no mundo do trabalho, toda a sociedade se modifica, as formas de organização assumem novos perfis, a despolitização iniciada na década de 1980 se amplia e incide de forma avassaladora corroendo as bandeiras dos movimentos sociais e sindicais.

O que temos então a partir de 1990 e que vem se afirmando até nossos dias é o fato de os chamados movimentos sociais apresentarem novas bandeiras, novas formas de atuação. A informática passou a ser um grande instrumento de organização, o momento pensado é sempre o presente, “o centro do conflito passa a ser as questões culturais e da qualidade de vida sendo o cotidiano o tempo da opressão” (GOULART, 2009 p.25) Há a imensa preocupação entre os movimentos contemporâneos quanto a não identificação com partidos políticos. Esta necessidade da negação do vínculo partidário esteve presente no início do Fórum Social Mundial e se faz presente entre diferentes movimentos como o movimento contra a privatização na saúde, o movimento de mulheres e os movimentos do último junho que, além da coerção as bandeiras partidárias, proclamaram críticas às instâncias do poder político expressando, mesmo que conjuntamente, o

descrédito nestas instâncias. Estes posicionamentos nos parecem uma questão que evidentemente remete às incertezas e aos limites destes movimentos, como nos esclarece Houtart, (2008):

Se se tratar de afirmar que a transformação social exige muito mais que a tomada do poder político formal, executivo ou legislativo, esta perspectiva é plenamente aceitável, mas se significar que mudanças fundamentais como uma reforma agrária ou uma campanha de alfabetização podem ser realizadas sem o exercício do poder, é uma total ilusão”.(HOUTART, 2008 p.s/n)

Este descrédito nos partidos políticos pode ser uma forma questionável de manifestar insatisfação. Acreditar, que, independente de quem esteja no governo e de qual for o poder instituído, as bandeiras dos direitos serão levados a cabo vai, a nosso ver, para o campo da absoluta incerteza.

Evidentemente, negar a importância da direção política do governo que conduz o Estado é, estrategicamente, tentar retirar do movimento social seu caráter e possibilidade de construção política.

A forma como os movimentos se apresentam hoje se entrelaça com a ideia amplamente difundida da perda das utopias, que tudo está dado, que alcançamos a cidadania, que todos possuem direitos, todos são iguais. Sendo então falsamente apresentada como única pauta possível para os movimentos sociais, a manutenção da capacidade de consumir.

Chico de Oliveira (2007) coloca muito bem que o campo da política foi modificado desaparecendo de pauta a questão do conflito e das diferenças de classe. Quando pautadas as reivindicações se referem a necessidades pasteurizadas desfocadas dos interesses de classes. As necessidades por ensino de qualidade, por esgoto, passaram a ser apresentadas exclusivamente como necessidades de pequenos grupos isolados em seu território; a opressão machista, o racismo, homofobia, são focados somente em sua subjetividade, na exigência de respeito a minorias.

Nas manifestações e “organizações” dos movimentos sociais atuais assistimos novas e velhas “palavras de ordem” a nos confundir, não há pautas definidas, o que ocorre é a heterogeneidade incompreensível de reivindicações.

Quando existe o foco das solicitações são questões genéricas, palatáveis a maioria da população, a aposta é em questões universais que são apresentadas de forma a neutralizar as diferentes nuances que o caráter de classe imprime a estas questões reivindicadas. Se a tônica os movimentos sociais a partir da década de 1990 foram pautas por direitos sociais, hoje 2013 a pauta embora difusa, traz questões ligadas ao consumo, ética na política, mas todas as reivindicações são hermeticamente fechadas no espaço social, onde o campo econômico e político não permeiam.

As manifestações de rua do último junho apresentaram um grande número de adesões por todo o país, no entanto, pudemos observar a heterogeneidade dos grupos e reivindicações, o que indica a fragmentação do movimento. Acreditamos que os sujeitos destes últimos e inéditos movimentos na história recente do país se apresentaram de forma difusa, pautando um suposto posicionamento apolítico, sem projetos ou proposta definidas. Seu potencial emancipatório ainda é um enigma, mas não podemos imaginar resistência a uma sociedade desigual que não passe pelos movimentos sociais.

Para finalizar destacarmos que toda a formatação das manifestações e dos movimentos atuais não está despregada da própria organização societária em curso, ou seja, hoje a necessidade da fluidez do compromisso, dos desejos individuais incidem nos movimentos sociais determinando pautas imediatas, movimentações leves, atraentes; sendo esta a toada do neoliberalismo, que busca negar, ocultar que as pautas dos movimentos sociais estão necessariamente vinculadas às determinações históricas de opressão do capitalismo,

“esta voz que ‘canta sem palavras’ e que deixa ouvir tão pouco não é por acaso a das sereias, das quais toda sua sedução consiste no vazio que abrem, na imobilidade fascinante que provocam naqueles que as escutam?
(FOCOAULT, 1990 p.57)

Assim, em tempos de neoliberalismo é preciso estar atento para que os movimentos sociais não se imobilizem conseguindo apenas reforçar o vazio que a vida cotidiana fundada no individualismo pós moderno oportuniza.

São tempos incertos, e embora os movimentos sociais, em sua maioria, hoje se pautem em demandas vinculadas exclusivamente à esfera da conquista de direitos sociais e ao consumo e não tenham mostrado seu potencial emancipatório, não podemos imaginar que a resistência a uma sociedade desigual está por terminar. Como destaca Marx, em “A miséria da filosofia”, não se pode dizer que o movimento social exclui o movimento político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.F. Ideologia nacional e nacionalismo. São Paulo. Educ.1995.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo in: SADER, E. **Pós –neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra. 2008

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços público no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo : Cortez. 2007

FOCOAULT, M. O pensamento do exterior. São Paulo: Princípio. 1990.

GOULART, D.C. As ciências sociais em duas tentativas de análise dos movimentos sociais no Brasil. **Revista Lutas Sociais**. N 23 São Paulo:Xanã, 2009.

HOUTART, F. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *in A teoria marxista hoje*. BORON. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S.: **A teoria marxista hoje**.

Problemas e perspectivas. 2007. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt>

MARX, K. **A miséria da filosofia** . São Paulo. Global editora. 1989. 2º edição

MEIKSINS WOOD, Ellen. Capitalismo e democracia. in, BORON. A.; Amadeo, J; Gonzalez, S.: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. 2007. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.18.doc>

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico : o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

SALAMA, P. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, E. **Pós –neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra. 2008



International Congress of History
Congreso Internacional de Historia

**VI CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTORIA**

ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.639